

DIA NACIONAL DE LUTA

1 FEVEREIRO

O GOVERNO PSD/CDS E TROICA VIOLAM DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

As reduções de salários, pensões, subsídios de desemprego, de doença e abono de família, os cortes nos sistemas de saúde, de segurança social e de educação, o não cumprimento do acordo sobre o salário mínimo nacional, entre outros, violam ostensivamente a Constituição da República.

A pobreza, a miséria, a fome, a impossibilidade de satisfazer as necessidades básicas, são a negação do conceito de direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Pôr fim à política de austeridade, antes e depois do final do memorando da troica, não é apenas uma opção, é uma necessidade imperiosa. Temos de parar este desastre social, político e económico.

FIM AO TERRORISMO SOCIAL DA POLÍTICA DE DIREITA

VAMOS LUTAR nos locais de trabalho e sectores

- Pelo aumento dos salários, que deverão ter uma actualização não inferior a 3%, com um aumento garantido de 30 euros (1 euro dia).
- Pela actualização do Salário Mínimo Nacional para 515 euros, a partir de 1 de Janeiro de 2014.
- Pela efectivação do direito de negociação colectiva em todos os sectores, a revogação das medidas gravosas da legislação laboral e a publicação de portarias de extensão.

Juntos, vamos discutir e aprovar os processos reivindicativos, nas empresas e locais de trabalho, para exigir melhores condições de vida e de trabalho.

CONTRA A EXPLORAÇÃO E O EMPOBRECIMENTO

Vamos continuar a luta,
sábado, dia 1 de Fevereiro

- Pelo emprego, contra a precariedade e os despedimentos;
- Pelo aumento das pensões de reforma, contra a contribuição extraordinária de solidariedade;
- Pelo direito à protecção social para todos os desempregados;
- Pela defesa e melhoria das Funções Sociais do Estado (Saúde; Educação; Segurança Social), contra o guião para a "reforma /destruição do Estado";
- Por mais e melhores serviços públicos, contra as privatizações e a extinção de serviços indissociáveis ao bem-estar das populações;
- Pela defesa dos horários e contra a legislação que desregula a vida familiar e social dos trabalhadores (as);
- Por uma política fiscal que desagrave os impostos dos trabalhadores e pensionistas, combata a fraude e evasão fiscal e taxe os lucros do capital;
- Pelo cumprimento da Constituição da República e a defesa do regime democrático;
- Pela demissão do Governo e convocação de eleições antecipadas.

JAN 2014



O governo PSD/CDS está fora da lei, não tem base social de apoio, nem legitimidade política para continuar em funções. Desrespeita a Constituição, não defende os interesses nacionais, favorece o grande capital nacional e estrangeiro.

2014

**40.º Aniversário
do 25 de Abril e
do 1.º de Maio
em Liberdade!**

Não estamos condenados a este fado de desgraça

HÁ ALTERNATIVA

A coragem e a determinação dos trabalhadores e trabalhadoras nos locais de trabalho e fora deles, dos desempregados, reformados e pensionistas, jovens, mulheres e imigrantes, todos em uníssono, em grandiosas jornadas de luta, condicionaram ou impediram que mais medidas gravosas e atentatórias da dignidade do povo português fossem por diante, e que o governo e o grande capital atingissem os seus objectivos.

Temos de continuar a luta!

Portugal está no 3º ano de aplicação do "memorando de entendimento" /programa de agressão.

Esta política levou-nos à recessão, ao aumento da dívida pública, a uma forte contracção do mercado interno que impossibilita qualquer ideia de crescimento, à destruição de mais de 700 mil postos de trabalho entre 2008 e final de 2013 e a situações de ruptura nos serviços públicos e funções sociais do Estado.

Este Governo com as privatizações, está a desbaratar o património nacional e a contribuir para a alienação da independência e soberania nacional. Esta política está em confronto com as conquistas da Revolução de Abril e com os valores e os princípios do regime democrático que emanam da Constituição da República.

POR UMA POLÍTICA DE ESQUERDA E SOBERANA!

POBRES MAIS POBRES RICOS MAIS RICOS

O Orçamento do Estado para 2014 tira a quem já pouco tem e premeia com muitos milhares de milhões de euros os grupos económicos e financeiros por via da descida do IRC, dos juros da dívida pública, das parcerias público-privadas, das rendas excessivas do sector da energia, dos contratos SWAP, para além de inúmeras benesses e privilégios fiscais.

No mesmo período, os trabalhadores e reformados viram diminuir drasticamente os seus rendimentos e coartados os seus direitos. A crise foi um pretexto para aumentar a exploração, as desigualdades e as injustiças sociais.

As 25 maiores fortunas existentes em Portugal representaram, em 2013, 10,1% do PIB. Entre 2010 e 2013, mais 17,8% da riqueza produzida pelos trabalhadores foi transferida para o capital.

DIA NACIONAL DE LUTA

1 FEVEREIRO 2014

www.cgtp.pt

